

Sarney reduz poder de líderes

Lideranças não decidem mais o que deve ou não ser votado pelo Senado

LETÍCIA BORGES

O presidente do Senado, José Sarney, vai eliminar a concentração de poder no colégio de líderes, que não mais definirá a pauta de votações. A decisão foi tomada ontem, ouvidos os líderes dos partidos que formam a base de sustentação do Governo — os de oposição também serão consultados — e segue orientação semelhante já feita pelo presidente da Câmara, deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA). Os líderes do PMDB, Jáder Barbalho (PA); do PSDB, Sérgio Machado (CE); do PP, Bernardo Cabral (AM); do PFL, Hugo Napoleão (PI), e do PTB, Valmir Campelo (DF), concordaram não só com esta decisão, mas também com a proposta de se fazer um grande esforço no mês de março para limpar a pauta.

O senador Jáder Barbalho não viu na decisão de esvaziar o colégio nenhuma “diminuição do papel do líder”. Ao contrário, afirma, era absurda a tendência do Congresso que encerrou seu mandato de só votar o que fosse consenso, com os líderes sendo donos exclusivos da pauta. “O que o presidente Sarney quer é evitar que a pauta seja apenas

dos temas de consenso, de tal forma que um assunto polêmico não vá a plenário e, com isso, todos nós concordamos”. Segundo o líder do PMDB, o estranho é que não fosse assim antes, “afinal, a Câmara e o Senado são as casas do contraditório, é da essência do Parlamento”.

Este também é o entendimento de Sarney. Ele tem dito que o Senado é uma casa de controvérsias e que é preciso votar, sem medo da não-obtenção do consenso. A pauta de votações, portanto, deve ser decidida basicamente por ele próprio.

Os líderes concordaram também em fazer um mutirão de votações no mês de março, se necessário, nos fins de semana. Hoje, há 59 medidas provisórias e 134 vetos presidenciais esperando por apreciação, e este é um dos aspectos que Sarney e os líderes pretendem “zerar” no mês de março. Sarney conversou também com o líder do PT, Eduardo Suplicy (SP), que não fez restrições às decisões tomadas.

Excepcional — Para limpar a pauta, sobretudo das medidas provisórias, os senadores consideram fundamental que o Governo ponha um

freio imediatamente à sua edição. O assunto foi tratado pelos líderes dos partidos aliados com o presidente Fernando Henrique Cardoso, em reunião na noite de anteontem. Fernando Henrique, segundo Jáder Barbalho, concordou com as ponderações e disse que está apenas reeditando medidas com prazo vencido. Disse ainda que o ministro da Justiça, Nelson Jobim, vai elaborar um ato interno do Governo para que os ministérios entendam que nem todo assunto pode ser objeto de MP. “As MPs são para casos excepcionalíssimos, só para assuntos com urgência e relevância”, disse Jáder Barbalho na reunião.

O líder do PMDB afirmou que a profusão de MPs tem causado “um mal-estar que não tem tamanho” nos congressistas. “Está pior que no tempo da ditadura, com os decretos-leis: as medidas provisórias são usadas como se fossem portarias. Não é possível que se use medida provisória para estabelecer a classificação de bebidas, o teor de iodo no sal ou os estatutos de uma fundação. Nós nos recusamos a aceitar isso”, disse Jáder Barbalho.